EDITORIAL



Desembargador Eleitoral

Bruno Vinícius da Ros Bodart da Costa

Editor-Geral
Diretor da EJE-RJ

A crescente presença da inteligência artificial nas dinâmicas políticas, institucionais e sociais tem sido tema privilegiado no debate público. Por isso mesmo, constitui o dossiê temático desta edição da Revista Justiça Eleitoral em Debate, "Ética e Democracia na Propaganda Eleitoral Digital", que reúne perspectivas diversas sobre as formas pelas quais tecnologias digitais, plataformas e sistemas algorítmicos vêm impactando o processo eleitoral, a integridade da informação e a própria experiência democrática.

O artigo "Entre o Algoritmo e a Constituição: A (In)visibilidade do Poder Normativo das Plataformas na Propaganda Eleitoral Digital" abre o dossiê, discutindo criticamente os riscos associados ao uso crescente de sistemas algorítmicos em contextos de tomada de decisão política e eleitoral. O texto examina como o capitalismo de vigilância, a modificação de comportamento em escala e a opacidade dos modelos de IA começam a superar o próprio arcabouço constitucional, desafiando a lisura e a igualdade do pleito democrático.

Em seguida, "IA, Eleições e Misoginia Digital: O Uso de Deepnudes Como Instrumento de Violência Política de Gênero e a Busca por Estratégias de Proteção a Candidaturas Femininas no Ambiente Digital" aprofunda o debate sobre manipulação digital, ao investigar o uso de inteligência artificial generativa na produção de mídias sintéticas não consensuais direcionadas a candidatas. Com base em estudos de caso e referências normativas, o artigo procura demonstrar como esses conteúdos visam constranger, deslegitimar e silenciar as mulheres no espaço público, o que compromete a integridade do processo eleitoral.

Na sequência, o artigo "As Conturbadas Relações Entre Democracia, Eleições e Inteligência Artificial" analisa as potencialidades e os limites da IA no cenário político contemporâneo. Na visão do autor, princípios como soberania popular e integridade do voto exigem que o avanço tecnológico demande transparência algorítmica, controle institucional e novos parâmetros regulatórios para resguardar os direitos fundamentais contra os perigos da desinformação e do autoritarismo digital.

Em “Câmaras de Eco e Autonomia do Voto: o Princípio da Precaução Democrática Diante da Mediação Algorítmica nas Eleições Brasileiras”, encontramos uma análise sobre como os fenômenos das câmaras de eco e filtros-bolha constrangem a formação autônoma da vontade eleitoral.

Fechando o dossiê temático, o artigo “Governança da Propaganda Eleitoral Sintética: Inteligência Artificial, Prova Digital e Protocolos nas Eleições de 2026” faz uma reflexão abrangente sobre o impacto das tecnologias generativas na fabricação de evidências com aparência de realidade e na ordem informacional que sustenta as democracias. Ao discutir responsabilidades institucionais, limites regulatórios e caminhos para a proteção da integridade eleitoral, o texto reforça a urgência de propor critérios de prova digital qualificada, compliance de campanha e comunicação preventiva.

Além do dossiê, esta edição apresenta artigos recebidos em fluxo contínuo, que ampliam o debate sobre cidadania, políticas públicas e desafios estruturais contemporâneos. Em “Federações Partidárias nas Casas Legislativas: Funcionamento Parlamentar e Fidelidade Partidária”, os autores investigam o funcionamento parlamentar dessas estruturas e destaca como o agrupamento estável de partidos pode fortalecer o sistema representativo brasileiro, analisando também as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral acerca da desfiliação partidária.

No artigo “A Cartelização da Democracia e a Erosão das Políticas Afirmativas: Uma Análise da Emenda Constitucional N° 133/2024”, analisam-se os impactos jurídicos e sociológicos da EC 133/2024, que operou a maior anistia da história recente aos partidos políticos e reestruturou o financiamento de candidaturas para grupos sub-representados. O texto examina, com rigor técnico, a fixação do teto de 30% para candidaturas negras, a extensão da imunidade tributária às sanções eleitorais e os riscos de financiamento ilícito.

“O Vazio Regulatório do Direito Eleitoral Contemporâneo: Reconstrução Dogmática do Ilícito Ecossistêmico Eleitoral” articula dimensões conceituais inovadoras para discutir a insuficiência dos paradigmas sancionatórios tradicionais diante de comportamentos inautênticos coordenados e da amplificação artificial, ressaltando a necessidade de deslocar a análise jurídica do conteúdo para o fluxo do ambiente digital.

Por fim, “Entre Visibilidade e Poder: A Inclusão Controlada de Candidaturas LGBTQIA+ nos Partidos Políticos Brasileiros” revisita discussões recorrentes sobre representação política e diversidade, analisando, com precisão técnica, as barreiras organizacionais e financeiras que limitam a competitividade dessas candidaturas e restringem sua efetiva redistribuição de poder.

Os nove artigos reunidos nesta edição reafirmam o compromisso da Revista Justiça Eleitoral em Debate com a análise crítica e plural dos temas que moldam o presente e o futuro da democracia brasileira. A regulação das plataformas digitais e a liberdade de expressão, a justiça e a transparência algorítmicas, a educação para a cidadania e a proteção à diversidade e aos direitos fundamentais são questões centrais.

Acreditamos que contribuir para dar ampla visibilidade a esses temas entre nossos leitores seja uma forma ativa de contribuir com a qualificação do debate público e o fortalecimento das instituições eleitorais. **Uma boa leitura a todas e todos.**



Bruno Vinícius da Ros Bodart da Costa

As opiniões emitidas nos artigos publicados nesta revista são pessoais e de única e exclusiva responsabilidade dos autores.